

SENHORES DE GENTE: OLIGARQUIAS E CORONELISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Rafaella Monique Correia de Souza¹

As oligarquias e o coronelismo serão discutidos no presente trabalho como elementos associados à forma arbitrária e autoritária que exerciam seu poder; ambos perpetuadores da condição inferior na qual o povo se encontrava; ambos associados à estrutura agrária do país. As oligarquias serão vistas a partir do fortalecimento dos estados, direcionando a discussão para a chefia de base local: o coronel. O coronelismo será discutido conceitualmente na perspectiva de quatro autores: Leal (1997); Queiroz (1985) e Albuquerque e Vilaça (2006), analisando no que estes convergem e divergem. Além disso, a figura do coronel será revisitada num tópico próprio, objetivando mostrar a visão que se faz do coronel e sua ação dentro da política.

A política oligárquica

Nos primeiros anos da chamada Primeira República, os Estados passam a se constituir como “eixo do processo político” (GURJÃO, 1994, p. 17), mostrando-se cada vez mais autônomos, institucionalizados após a Política dos Governadores, através do estabelecimento do compromisso mútuo entre o poder estadual e o poder central, que culminou no favorecimento do poder político e econômico na região Sul².

Nesse Estado que vinha cada vez mais se fortalecendo, as oligarquias constituíam-se como intermediadoras nas relações deste com o governo central. Tinha-se assim como preocupação durante a Primeira República a formação de uma coalizão para as eleições presidenciais. Cada vez que uma coalizão vencia, esta era refeita novamente, pela “(...) ausência de partidos políticos verdadeiros ao nível nacional” (LEWIN, 1993, p. 17) dentro das oligarquias estaduais.

A situação favorecia um grupo oligárquico que era de fácil identificação, tendo em vista que era o grupo que geralmente dirigia o partido político oficial do estado, os cargos políticos, etc. Este partido, que era reconhecido pelo presidente da República podia, teoricamente, dar o apoio do estado a quem quisesse. Era daí que se abriam as portas para o processo de barganha que se dava entre o governo central e as oligarquias

¹ Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

² Os três estados da região no período estudado são: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

estaduais, que ocupavam cadeiras no Senado e na Câmara dos Deputados. Geralmente, nesse processo de barganha, nas negociações que se seguiam, os representantes das oligarquias conseguiam extrair recursos para os estados ou, pelo menos, pleiteavam tais recursos.

O controle político-econômico mostrava-se então de suma importância para a manutenção destas à frente da política, pelo menos, a nível estadual. Tal controle fazia-se, geralmente, nas relações desiguais de trabalho. Lewin (1993, p. 68) afirma que estas relações é que permitiram “(...) o impressionante controle vertical exercido em toda parte pelas oligarquias (...)” que aconteceu ao longo de toda a Primeira República, das oligarquias para com os moradores, grande maioria do país. Desta forma, o trabalhador³ via-se na situação de sujeição em relação ao proprietário, pois o arranjo mostrava-se altamente desfavorável ao primeiro.

As relações de exploração configuravam-se como meio de manter o domínio da grande maioria dos trabalhadores, que não possuindo terras ou direitos trabalhistas, submetiam-se aos mandos e desmandos dos oligarcas. Estes não se mostravam interessados em eliminar a pobreza ou suas causas, pelo contrário, desejavam expandir cada vez mais sua riqueza. Lewin (1993, p. 68) nos diz que “(...) a pobreza opressiva, a extrema dependência econômica em relação aos proprietários, e os laços recíprocos patrão-cliente, tudo isso reforçava o controle do campo pela oligarquia latifundiária (...)”.

Para manterem o domínio, estas representavam interesses econômicos que geralmente giravam em torno da “(...) propriedade da terra, a produção e o beneficiamento dos produtos agrícolas, e o comércio (...)” (LEWIN, 1993, p. 71) que, por sua vez, estavam ligados à expansão progressiva da economia exportadora. Assim, percebe-se que apesar das mudanças econômicas e diversificação da economia, além dos conflitos pelo controle de terras e mercados, as oligarquias terminavam por unir-se no que dizia respeito ao controle da massa trabalhadora, utilizando-se das relações de dominação.

Deste modo, para uma oligarquia manter-se dominante, geralmente teria que monopolizar os meios de produção. No entanto, tão importante quanto isto, tendo em

³ O trabalhador referido possuía denominações diferentes, tendo em vista sua relação com o proprietário. São estas: meeiros, que ao receberem empréstimos e sementes do proprietário, hipotecavam uma parcela predeterminada de sua própria colheita; os foreiros, que eram arrendatários para quem os proprietários faziam o arrendamento anual da terra, possuindo prioridade na compra da colheita; e o morador, que podia ser um pequeno proprietário ou um posseiro, podendo gozar de direitos quase permanentes de residência numa propriedade. Ver: LEWIN, 1993, p. 66-67.

vista a escolha presidencial de quem governaria o estado, e neste sentido, quem lideraria a oligarquia do mesmo, era a construção de uma máquina estatal eleitoral abrangente e bem sucedida, demonstrando sua competência ao presidente da República.

Portanto, “(...) o que (...) determinava a manutenção de uma oligarquia no poder era a sua capacidade de fornecer os votos do estado para o presidente do país (...)” (LEWIN, 1993, p. 73). O que era decidido na esfera federal, tornava-se consenso local. Seguia-se, desta maneira, o controle político do município pelo grupo mais prestigiado localmente, geralmente aquele que se encontrava do lado do grupo situacionista estadual, que se utilizavam do seu monopólio sobre cargos públicos para beneficiarem-se de recursos econômicos.

Neste sentido, a sobrevivência da oligarquia, fazia-se necessária para a manutenção da economia política do estado e município, pois definido que oligarquia dominaria os meios de produção, também estava de certa forma definido quem dominaria a política local e estadual. Conclui-se que “(...) a luta pelo controle dos cargos públicos manteve-se, portanto, inseparável da luta pelo controle da terra, dos mercados, do recolhimento de impostos e de muitos outros recursos econômicos”. (LEWIN, 1993, p. 107). O reconhecimento do grupo mais prestigiado tanto a nível municipal quanto estadual, os fortalecia, pois este reconhecimento traduzia-se no monopólio dos cargos públicos, das nomeações e muitas vezes, até do poder de polícia. Através do monopólio desses mecanismos, “a parentela situacionista”, como se refere Lewin (1993, p. 107), preenchia os cargos municipais e estaduais com parentes e amigos, enraizando sua representação política.

O que se configurava, portanto, era sempre o esforço contínuo para manter o monopólio dos cargos públicos em todo o estado ou no esforço de conseguir a máquina eleitoral que viria a fazer com que conseguissem por essa via tal monopólio. Esse esforço vinha dos dois lados: da situação e da oposição, mas a partir do momento em que se definia o grupo situacionista, ficava cada vez mais restrito à oposição o espaço representativo. A atividade política tinha como objetivos, deste modo, a recusa das posições que eram dependentes de nomeação para a oposição e a patronagem que acontecia tanto no nível econômico e político, derivada da dominação dos cargos públicos.

Para consegui-lo ou manter-se no poder, realizavam-se manobras diversas que se caracterizavam como comportamento político em todo o país neste período da Primeira República. Era preciso garantir boas relações em todos os níveis. Por exemplo, um

governador precisava manter boas relações com o presidente, já que poderia precisar da intervenção deste, em algum momento, para manter sua coalizão dirigente na diretiva do estado. Assim, “(...) a liderança oligárquica ao nível estadual tinha de assegurar que suas conexões ao nível federal se mantivessem politicamente dignas de confiança” (LEWIN, 1993, p. 207), para que houvesse sucesso também ao nível local. É notável que se despendesse tempo nestas relações e que a atividade política possuía grande parte dos políticos empenhados nela: alianças precisavam ser construídas para que se criassem e consolidassem as maiorias eleitorais das quais necessitavam.

Tendo em vista, como afirma Lewin (1993, p. 252), que “(...) num sistema político em que a participação se baseava numa competição pela patronagem dos cargos públicos (...)”, entende-se como essa era uma das preocupações que consumiam a atividade política. As manobras realizadas dentro deste contexto de tentativa e manutenção de chegar ao poder refletiam também a competência dos oligarcas de exercer seu controle. Têm-se como exemplo destas manobras, as eleições e, especificamente, no estado da Paraíba.

Sendo os cargos locais e estaduais as concessões de patronagem mais ambicionadas que o governador podia oferecer aos grupos que apoiavam seu partido nos municípios, terminava que a política do estado acontecia em torno das eleições. Deste modo:

As eleições eram sempre pontos críticos, dado que os políticos a quem tivessem sido prometidas as recompensas dos altos cargos (ou que esperassem recebê-las), quando não satisfatoriamente contemplados, muitas vezes retiravam seu apoio faccional e normalmente o hipotecavam à oposição (...) (LEWIN, 1993, p.222).

Assim, a oligarquia no poder tinha que demonstrar sua habilidade no momento em que ia distribuir os cargos governamentais e federais, ou do contrário, poderia significar perda de correligionários para a oposição, correndo o risco de enfraquecimento da oligarquia. A habilidade do governador também se fazia sentir no seu relacionamento com o chefe local ou coronel. O governador necessitava de algo que o coronel possuía, inserida dentro daquelas relações de exploração já expostas acima: o voto. Os trabalhadores e demais agregados tornavam-se, através dessas relações que muitas vezes ganhavam caráter de relações pessoais no curral eleitoral do coronel, “garantidores do poder das oligarquias” (GURJÃO, 1994, p. 45).

Configurava-se uma estrutura de poder. Para Gurjão (1994, p. 17) “(...) o núcleo desta estrutura de poder se situa nos redutos coronelísticos, no controle do eleitorado e nas relações entre “coronéis” e o governo federal e estadual, intermediadas por seus oligarcas”. Portanto, o sistema coronelista mostra-se como parte integrante de uma estrutura que se efetivava através de compromissos mútuos que se seguem desde a esfera municipal até a federal.

O coronelismo e seus conceitos

O coronelismo floresce dentro de uma sociedade que se mostrava desigual nos aspectos políticos, econômicos e sociais. O fato da maioria da população estar atrelada a uma estrutura de sujeição que era percebida cada vez mais com o “(...) aprofundamento da latifundização de sua tradicional estrutura agrária e de seus padrões de dominação” (GURJÃO, 1994, p. 46) fez com que o coronelismo fosse amplamente conhecido e estudado.

Desta maneira, o conceito de coronelismo e suas relações passaram a ser debatidos como um elemento constitutivo da política durante o período da Primeira República no país, demonstrando sua força enquanto sistema político de dominação.

O coronelismo, para Leal (1997, p. 39-63), não se trata de um fenômeno simples, pois envolve relações complexas, características da política municipal, que tem como aspecto importante o sistema de reciprocidade onde, de um lado, encontram-se os chefes municipais e os coronéis e, do outro, a política dominante do estado.

Neste sistema de reciprocidade, estes dois lados, o do prestígio que o coronel possui e o prestígio que o poder público lhes outorga, são dependentes um do outro. Desta maneira, a reciprocidade é necessária para que o sistema funcione. A base deste sistema é o próprio coronel, que possui o apoio da situação política estadual. A esfera estadual procura não interferir nos assuntos do município, quando a interferência poderia representar a quebra do prestígio do coronel no mesmo. Diz-nos Leal (1997, p. 64) que “(...) Sem a liderança do “coronel” (...) o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída”. Deste modo, a relação de dependência faz-se necessária, para que o sistema se sustente.

A dependência do governo do estado e do elemento rural em relação ao coronel é própria da “privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (LEAL, 1997,

p. 42) deste. A dependência do trabalhador rural faz com que estes não tenham conhecimento ou contato direto com os partidos ou partido do governo estadual, fazendo com que o governo⁴ não possa dispensar o papel de intermediador do coronel.

O compromisso político que se estabeleceu entre a União e os Estados, conhecido como Política dos Governadores se estendeu ao Estado e município, visto que a maioria do eleitorado rural vivia em estado de dependência com os coronéis – nas relações trabalhistas e pessoais – e por isso, o estado precisava entender-se com os donos de terras ou coronéis. Leal (1997, p. 124) chamou tal política de “política dos coronéis”, onde o compromisso residia no prestígio da política eleitoral dos governadores, recebendo destes o devido apoio para que fosse montada a rede política local, ou seja, as oligarquias municipais. Desta forma, ambos os compromissos ou ambas as políticas, assentavam-se na ignorância do eleitorado rural e na própria estrutura agrária do país.

Para Queiroz (1985, p. 159) a multiplicidade dos coronéis é um traço diretamente ligado à estrutura socioeconômica tradicional do país, que são os grupos de parentela, que podem ser de parentesco (sangue) ou grupos ligados econômica e politicamente. Assim, a questão da estrutura agrária, o poder político do coronel advindo da sua condição de dono de terras, não é colocada como primeiro plano para a autora como o é para Leal (1997).

O coronelismo, desta maneira, seria um “(...) aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro (...)” (QUEIROZ, 1985, p. 160). O período de florescimento do coronelismo foi, então, a Primeira República, apesar da autora identificar suas raízes desde o Império. Portanto, o coronelismo é entendido como uma “forma assumida” deste mandonismo⁵ local brasileiro a partir do momento em que foi implementada a República. Na visão de Leal (1997, p. 41), o mandonismo seria uma das “características secundárias do sistema ‘coronelista’”.

A parentela era tida como a origem da estrutura coronelista visto que, em geral, um coronel podia ser também, chefe de parentela, constituindo o seu ápice (QUEIROZ,

⁴ No entanto, o governo “(...) não se submete a ele senão naquilo que, não sendo fundamental para a situação política estadual, é, contudo, importantíssimo para o fazendeiro na esfera confinada do seu município (...)” (LEAL, 1997, p. 63).

⁵ “(...) O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional (...)”. (CARVALHO, 1998, p. 133).

1985, p. 164). Era tida como origem pelas vantagens econômicas que reuniam como grupo, numa menção de amparo a quem precisasse, mesmo que em geral, quem fizesse parte do conjunto, fosse economicamente independente, como também a vantagem de ser um grupo político, pressupondo uma solidariedade interna que garantiria a lealdade dos membros para com o chefe. Resume assim:

Como grupo, apresentava pois a parentela três aspectos interligados – o político, o econômico, o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada ora de estrutura sócio-econômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividade. Setor político, setor econômico, setor parentesco, reunidos, garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria. (QUEIROZ, 1985, p.167)

Esta aparente harmonia descrita não eliminava as rixas e os conflitos pelo poder. Nesta luta ascensional para conseguir um lugar na hierarquia social, a conquista do mando político era advinda de suas qualidades pessoais, “(...) O que fazia com que um dos membros da parentela ascendesse às posições de mando (...)” (QUEIROZ, 1985, p. 168).

Portanto, o líder coronelista deveria possuir aspecto carismático, para que fosse despertada “a adesão afetiva e entusiástica dos homens, levando-os espontaneamente à obediência” (QUEIROZ, 1985, p. 177) para que assim, sua posição fosse fortalecida. No entanto, o carisma não era suficiente para a manutenção do poder do coronel.

O poder aquisitivo era necessário para a ascensão do coronel ou sua própria manutenção de chefe, podendo ser determinante na aquisição de uma posição socioeconômica e também política, pois na medida em que o coronel utilizava-se da barganha para angariar votos, terminava por ter que defender e auxiliar a quem lhe prestou o serviço.

Deste modo, a estrutura coronelista é vista como uma estrutura de clientela política, onde a parentela, a barganha e o carisma são elementos primordiais e constituintes desta estrutura, na visão de Queiroz (1985).

O coronelismo pode ser entendido, dentro dessas duas concepções, como um sistema político assentado numa base econômica que possibilitava seu status dentro de uma hierarquia social, que floresceu em um momento histórico propício, onde a implantação da República e a Abolição da escravatura (1888) não modificaram de modo profundo as condições de trabalho, nem institucionalizaram as condições ou o

compromisso da construção de uma cultura cívica, tornando o Brasil, neste momento, uma “República sem cidadãos”⁶.

Participante de uma estrutura política, econômica e social, como parte da própria configuração do país, o coronelismo pode ser considerado como uma fase constituinte do modo de fazer-se política no país durante a Primeira República, donde sua figura mais ilustre era o coronel.

O coronel era a figura que elencava a fama e o prestígio de “chefe político, árbitro social e fonte de coerção” encerrada nas bases da estrutura agrária, de modo que “a fazenda é a unidade de produção no sistema da economia agropecuária do Nordeste brasileiro (...)” (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2006, p. 49), da qual o coronel é o principal senhor, seu poder relacionado – não de todo – à sua supremacia econômica, que até são adoçadas pelas relações de compadrio. O coronel é, assim, elemento que se move dentro de estruturas de poder tradicionais, fazendo girar os mecanismos que juntos formam o sistema coronelista.

O jogo político e o coronel

O coronel⁷, quando mencionado na historiografia, é pensado inevitavelmente como chefe político, ligado à posse da terra, aos seus eleitores, à estrutura agrária. Todos esses elementos são unidos a outros, como: violência, coerção, carisma, exploração da camada rural, etc. Albuquerque e Vilaça afirmam quais os diversos papéis que podiam exercer:

Foram donos de vastas extensões de terra, de numerosos rebanhos, de muitos outros negócios. Tornaram-se os chefes patriarcais de famílias estendidas (...) além de constantemente ampliadas pelos afilhados gerados nos muitos compadrios. Tiveram a seu serviço milícias de capangas, prepostos de suas vontades. Comandaram o processo político pelo controle quase completo, em suas áreas de influência, das eleições (...) (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2006, p.26).

⁶ Menção ao texto de Milton Lahuerta: “O Século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia”. 2003, p. 217-257.

⁷ O título coronel havia se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada logo depois da Independência, “(...) para defender a Constituição, auxiliar na manutenção da ordem prevenindo as revoltas, promover o policiamento regional e local (...)” (QUEIROZ, 1985, p. 155). A patente de coronel era dada à camada mais prestigiada, e quando extinta, pouco depois da Proclamação da República, o termo continuou a ser usado pela população a homens que demonstrassem poder político e econômico.

Deste modo, o coronel é entendido como chefe que possuía um poder bastante amplificado que procurava estender para aumentar seus domínios. Mas acima de tudo, o coronel “é produto de seu meio e de seu tempo” (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2006, p. 57) utilizando-se das armas que lhes eram permitidas e lhes eram garantidas.

Primeiro, muitas vezes, alguns possuíam uma vida modesta, longe desta visão de fortuna e pompa que lhes é atribuída. Leal (1997, p. 43) aponta que o mais comum era o fazendeiro “remediado”, que possuía suas propriedades, mas não disponibilidades financeiras, o que não nega a existência também de fazendeiros abastados. Em comparação com o morador das suas terras, era um homem rico.

Segundo, havia o estado de dependência em que os representantes do coronelismo se encontravam junto ao governo estadual de cumprimento de um compromisso que precisava ser efetivado se eles quisessem manter-se, pelo menos, no lugar que lhes pertencia: de domínio, mesmo que não completo.

O compromisso do coronel consistia no fornecimento dos votos para a situação e, em contrapartida, o governo não interferia nos seus redutos. O poder, geralmente atribuído ao coronel de dono de votos, fazia com que sua atuação fosse prestigiada e procurada e necessária para endossar a candidatura de quem tivesse a pretensão de se eleger.

As eleições se tornavam assim, o momento de efervescência política em que o coronel tinha de mostrar sua eficácia. Ter o governo do Estado como adversário era uma situação que os chefes políticos não almejavam. Por isso, Leal afirma:

(...) As eleições municipais constituem pejeas tão aguerridas em nosso país, justamente porque é pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local mais se credencia às preferências da situação estadual. A esta (...), o que mais interessa é ter nas eleições estaduais e federais, que se seguirem, maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência (...). (LEAL, 1997, p.69).

Portanto, o devido apoio a corrente majoritária, garantia que não se gastasse tanto, e não se precisasse o uso excessivo da violência, já que a posse daquela é um fator positivo nas eleições, pois garantia que os benefícios viessem da justa troca de compromissos posta em todas as instâncias do poder. Consiste aí, pois, a essência do compromisso no coronelismo, a troca de favores, o coronel apoiando os candidatos a nível estadual e federal e estes não interferindo nos assuntos daqueles, cada um destes

atores colhendo os louros do jogo político. Cada um no seu espaço exercia o papel que lhe cabia.

Utilizando-se dos meios que Leal (1997, p. 71) chama de “extralegais” para conseguir seu objetivo que advém do compromisso pré-estabelecido, os coronéis põem na pauta algumas ações apontadas por Albuquerque e Vilaça, que terminaram por deixá-lo tão famoso.

(...) Fraudes de coação ao eleitorado, amedrontado por capangas, pelo uso da polícia, que manipulava como força de coação e coerção eleitoral; (...) quando viu formar-se oposição ao seu prestígio, armou piquetes nas estradas nos dias de eleição, dando passagem apenas a seus eleitores; (...) no dia da eleição, os votantes saíam suficientemente “municipados” com suas chapas, sendo escoltados para votar; (...). (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2006, p.61-62).

Tais mecanismos eram utilizados pela razão de que se não cumprissem com o acordado – o voto – assumiam o risco de serem substituídos, perdendo seu monopólio, muitas vezes conseguido sobre cargos na esfera municipal, pela oposição ou por algum aliado local. Lewin (1993, p. 220) afirma que, na Paraíba, na maioria dos municípios “(...) um mesmo indivíduo era o prefeito e o chefe político ou chefe partidário”. Este era nomeado pelo governador com a função de fornecer votos para a máquina estadual. Sua capacidade era comprovada a partir desta função, e terminava por legitimar seu controle de grupo perante partidários locais e cargos políticos.

O voto ganha o caráter de posse e de instrumento de barganha. Configura-se, desta maneira, uma troca de serviços, em que cada um tem um dever para com o outro. Leal (1997, p. 57) comenta que o ato da votação era indiferente ao “eleitor da roça”, que obedecia ao coronel, porque este lhe custeava tudo, as despesas do alistamento e da eleição, deste modo, o eleitor cumpria com seu papel já que nada lhe custava. Quando percebe seu “valor de condutor de poder”, os favores começam a ser cobrados.

O voto, assim, não é dado de maneira passiva, mas consciente, pois o eleitor ou ganhou alguma coisa ou espera ganhar. O voto não constituía, como se observa hoje, um momento de escolha de um candidato, onde este possui uma demonstração de opinião pessoal, mas também não era passivo, destituído de qualquer consciência ou motivação.

A despeito da imagem que se tem do coronel de figura autoritária, por vezes, cruel e que não possui “espírito público”, este chefe foi quem trouxe melhoramentos

para seu município. Leal (1997, p. 58) aponta que os principais melhoramentos⁸ do local se devem a sua insistência e desvelo pelo progresso deste. Evidentemente, estes melhoramentos que são, algumas vezes, de utilidade pública, incorrem no aumento do seu prestígio político e mantêm sua posição de liderança. Afinal, precisava trazer benefícios ao seu reduto se quisesse continuar na posição que lhe era tão invejada.

O perfil do coronel vem assim, formando-se gradativamente, em torno de todas estas questões e dos mecanismos que utilizava para manter-se ativo no jogo político, inseridos, obviamente, nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Pode-se dizer que possuía as armas de que necessitava porque o momento histórico lhe permitia.

Por isto, considerado muitas vezes, dono de um poder incontestado, “dono até de gente”, como afirmam Albuquerque e Vilaça (2006, p. 49). Assumindo variadas roupagens, pronto para agir em diferentes situações, é também destes autores a seguinte afirmação:

(...) É ele, com efeito, juiz entre questões e disputas humanas na jurisdição de seus domínios, função que quase sempre exerce de maneira deveras impressionante. Resolve questões de terra, disputas de dinheiro, casos de família; acata criminosos e malfeitores, que protege exaltando-lhes a bravura e convertendo-os em instrumentos de sua força. (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2006, p.58)

Mesmo que não possuísse poder absoluto ou que o valor do voto – que era sua principal característica definidora dentro do sistema coronelista – fosse superestimado, Carvalho (1998, p.137) aponta que para que houvesse estabilidade no sistema, deveria haver o mínimo de entendimento com os coronéis. Se o compromisso não se determinasse exclusivamente em votos, bastava a certeza do apoio do coronel, de que estes não iriam rebelar-se.

Deste modo, estar numa situação favorável com o grupo dos coronéis, era uma necessidade se existisse a pretensão que o jogo político seguisse de acordo com as regras para que o traçado político andasse nos eixos. Participante de tal jogo, o coronel mantinha seu lugar reservado como hábil chefe político e econômico na história da Primeira República brasileira.

⁸ Leal aponta: “(...) A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de football, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada –, tudo exige o seu esforço (...)” (LEAL, 1997, p. 67).

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti & VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. In: *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 130-153.

FORTUNATO, Maria Lucinete. “A construção do conceito de coronelismo na literatura acadêmica”. In: *O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campina Grande: EDUFCG, 2008, p. 17-68.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e Vida das oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994.

LAHUERTA, Milton. “O Século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia”. In: Albert Aggio e Milton Lahuerta (org.). *Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica”. In: Boris Fausto. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, V. 1. 5 ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 154-190.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e Federalismo: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902)*. Brasília, Senado Federal, 1978.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981, p. 162-226.